Acórdão: 5.923/25/CE Rito: Sumário
PTA/AI: 16.001739707-84
Recurso de Revisão: 40.060158595-54
Recorrente: 3ª Câmara de Julgamento
Recorrido: MM Bordados e Costura Ltda
Origem: DF/Divinópolis

EMENTA

RESTITUIÇÃO - ICMS - RECOLHIMENTO A MAIOR. Pedido de restituição de ICMS a título de diferencial de alíquotas, sob o fundamento de recolhimento indevido, por cálculo a maior do imposto, em virtude de não ter sido considerada a redução de base de cálculo prevista no item 19, Parte 1 e subitem 32.17 da Parte 4, ambos do Anexo II do RICMS/23. Deferida, pelo Fisco, a restituição, apenas de valor parcial requerido. Entretanto, legítimo o direito à restituição integral pleiteada, em face das disposições contidas no § 7º, inciso II do art. 12 do RICMS/23. Mantida a decisão recorrida.

Recurso de Revisão conhecido e não provido à unanimidade.

RELATÓRIO

A Requerente pleiteia da Fazenda Pública Estadual, conforme documento de fls. 02, a restituição dos valores pagos em 06/10/23, relativamente ao ICMS diferencial de alíquotas (ICMS/DIFAL), por não ter sido considerada a redução de base de cálculo para a mercadoria: máquina de impressão por jato de tinta, de uso industrial de NBM/SH 8443.39.10, conforme previsão no Anexo II do RICMS/23.

A Repartição Fazendária, em Despacho de fls. 15, defere parcialmente o pedido da Contribuinte, nos termos do Parecer Fiscal de fls. 14/15.

Irresignada com o valor deferido, posto apenas parcial, a Requerente apresenta impugnação regular.

A 3ª Câmara de Julgamento, em decisão consubstanciada no Acórdão nº 25.051/24/3ª, julgou procedente a impugnação. Vencidos os Conselheiros Dimitri Ricas Pettersen e Emmanuelle Christie Oliveira Nunes, que a julgavam improcedente.

Mediante declaração na decisão, foi interposto de ofício, pela 3ª Câmara de Julgamento, o presente Recurso de Revisão, nos termos do art. 163, § 2º do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08.

DECISÃO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Superadas as condições de admissibilidade capituladas no art. 163, inciso I e § 2º do RPTA, uma vez que a decisão recorrida, desfavorável à Fazenda Pública Estadual, foi tomada pelo voto de qualidade, é cabível o presente Recurso de Revisão.

Cumprido de início ressaltar que esta decisão trata somente do reexame da matéria, cuja decisão foi contrária à Fazenda Pública Estadual, nos termos do parágrafo único do art. 180 da Lei nº 6.763/75.

Analisando-se o mérito do presente Recurso de Revisão e considerando-se que os fundamentos utilizados pela 3ª Câmara de Julgamento foram também adotados na presente decisão, ficam ratificados, na íntegra, os termos constantes do Acórdão nº 25.051/24/3ª, conforme autoriza o art. 79 do Regimento Interno do CCMG, aprovado pelo Decreto nº 48.361/22.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em conhecer do Recurso de Revisão. No mérito, à unanimidade, em lhe negar provimento, nos termos do acórdão recorrido. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Saulo de Faria Carvalho. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Cássia Adriana de Lima Rodrigues (Revisora), Antônio César Ribeiro, Cindy Andrade Moraes e Gislana da Silva Carlos.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2025.

**Ivana Maria de Almeida
Relatora**

**Geraldo da Silva Datas
Presidente**